



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

NÚCLEO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE SANÇÕES

Telefones: (65) 3613-7564 / 7565

e-mail: [sgat@tce.mt.gov.br](mailto:sgat@tce.mt.gov.br)

Ofício nº : 578/2017/NCCS

Ao Senhor

Cuiabá, 17 de novembro de 2017

**ORLANDO ALVES DE OLIVEIRA**

**Ex-Procurador Geral Legislativo da Câmara Municipal de Rondonópolis**

**Rua Rio de Janeiro, nº 1101 - Bairro Vila Adriana**

**CEP. 78705-720**

**Rondonópolis - MT**

Prezado Senhor,

Conforme teor do Acórdão nº 43/2017-SC, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE/MT do dia 31/10/2017, processo nº 214710/2016, este Tribunal julgou a Auditoria de Conformidade referente aos atos de gestão em desfavor da Câmara Municipal de Rondonópolis e aplicou-lhe a multa de 6 UPFs/MT.

Diante do exposto, de acordo com a competência estabelecida na Portaria nº 030/2014, **notifico** Vossa Senhoria quanto ao seguinte:

– Aplicação de **multa de 6 UPFs/MT**. Deverá ser recolhida ao Fundo de Reparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **vencível em 07/01/2018**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas – [www.tce.mt.gov.br/fundecontas](http://www.tce.mt.gov.br/fundecontas). O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação. A multa poderá ser parcelada, desde que preencha os requisitos elencados no art. 290, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT.

Caso o débito não seja quitado, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos do art. 293, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

**ANA KARINA PENÁ ENDO**

Coordenadora do Núcleo de Certificação e Controle de Sanções

